

**PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS SOBRE O VALOR DAS
INDEMNIZAÇÕES COMPENSATÓRIAS (SUBSÍDIOS)**

À Administração e ao Acionista da

**SINTRA QUORUM – GESTÃO DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS E TURÍSTICOS, E.E.M (SINTRA
QUORUM)**

INTRODUÇÃO

1. Para os efeitos do art.º 25.º, n.º 6, alínea c) da Lei n.º50/2012, de 31 de agosto, apresentamos o nosso parecer sobre o valor das indemnizações compensatórias (subsídio) a receber pela **SINTRA QUORUM** do **MUNICÍPIO DE SINTRA** com base no Contrato Programa, a celebrar após a emissão do presente parecer, até ao valor de Eur 1.000.000 e para o exercício de 2013.
2. Estas indemnizações compensatórias consubstanciadas em subsídios ou outras transferências financeiras das entidades participantes são devidas como contrapartida de obrigações assumidas pela entidade respeitantes à “Gestão do Centro Cultural Olga do Cadaval”. O referido montante destina-se a suportar a gestão das atividades artísticas pretendendo-se garantir o desenvolvimento de uma oferta cultural diversificada, contínua e regular no Concelho, a um preço social, estimulando hábitos culturais e promovendo a captação de novos públicos.

RESPONSABILIDADES

3. É da responsabilidade do conselho de administração o cálculo do valor da indemnização compensatória com base no citado Contrato e os respetivos pressupostos que lhe estão subjacentes.
4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a correção do cálculo do valor da indemnização compensatória, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.


ÂMBITO

5. O trabalho a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, designadamente a Diretriz de Revisão/Auditoria 872 – Entidades Municipais, Intermunicipais e Metropolitanas, a qual exige que: (i) caso tal Contrato exista e preveja uma fórmula de cálculo tendo por base indicadores variáveis, examinemos a fundamentação das previsões em que se baseou o cálculo do valor previsto como contrapartida das obrigações assumidas no âmbito do Contrato; e (ii) analise os cálculos da indemnização compensatória com base no citado Contrato e nos pressupostos preparados pelo conselho de administração.

PARECER

6. Com base no trabalho efetuado, somos de parecer que o valor das indemnizações compensatórias (subsídio) está adequadamente calculado e decorre dos termos do Contrato.

7. Devemos, contudo, advertir que, frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.


Eduardo Roque do Rosário Rêgo – ROC 1.285

Lisboa, 18 de dezembro de 2012

PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS SOBRE O VALOR DAS INDEMNIZAÇÕES COMPENSATÓRIAS (SUBSÍDIOS)

À Administração e ao Acionista da

**SINTRA QUORUM – GESTÃO DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS E TURÍSTICOS, E.E.M (SINTRA
QUORUM)**

INTRODUÇÃO

1. Para os efeitos do art.º 25.º, n.º 6, alínea c) da Lei n.º50/2012, de 31 de agosto, apresentamos o nosso parecer sobre o valor das indemnizações compensatórias (subsídio) a receber pela **SINTRA QUORUM** do **MUNICÍPIO DE SINTRA** com base no Contrato Programa, a celebrar após a emissão do presente parecer, até ao valor de Eur 108.000 e para o exercício de 2013.
2. Estas indemnizações compensatórias consubstanciadas em subsídios ou outras transferências financeiras das entidades participantes são devidas como contrapartida de obrigações assumidas pela entidade respeitantes contrato programa para a Promoção e Realização do Festival de Sintra. O referido montante destina-se a desenvolver uma programação cultural que promova o Festival de Sintra, a um preço social, estimulando hábitos culturais ao nível da música erudita.

RESPONSABILIDADES

3. É da responsabilidade do conselho de administração o cálculo do valor da indemnização compensatória com base no citado Contrato e os respetivos pressupostos que lhe estão subjacentes.
4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a correção do cálculo do valor da indemnização compensatória, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

ÂMBITO

5. O trabalho a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, designadamente a Diretriz de Revisão/Auditoria 872 – Entidades Municipais, Intermunicipais e Metropolitanas, a qual exige que: (i) caso tal Contrato exista e preveja uma fórmula de cálculo tendo por base indicadores variáveis, examinemos a fundamentação das previsões em que se baseou o cálculo do valor previsto como contrapartida das obrigações assumidas no âmbito do Contrato; e (ii) analise os cálculos da indemnização compensatória com base no citado Contrato e nos pressupostos preparados pelo conselho de administração.

PARECER

6. Com base no trabalho efetuado, somos de parecer que o valor das indemnizações compensatórias (subsídio) está adequadamente calculado e decorre dos termos do Contrato.

7. Devemos, contudo, advertir que, frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.


Eduardo Roque do Rosário Rêgo – ROC 1.285

Lisboa, 18 de dezembro de 2012

**PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS SOBRE O VALOR DAS
INDEMNIZAÇÕES COMPENSATÓRIAS (SUBSÍDIOS)**

À Administração e ao Acionista da

**SINTRA QUORUM – GESTÃO DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS E TURÍSTICOS, E.E.M (SINTRA
QUORUM)**

INTRODUÇÃO

1. Para os efeitos do art.º 25.º, n.º 6, alínea c) da Lei n.º50/2012, de 31 de agosto, apresentamos o nosso parecer sobre o valor das indemnizações compensatórias (subsídio) a receber pela **SINTRA QUORUM** do **MUNICÍPIO DE SINTRA** com base no Contrato Programa, a celebrar após a emissão do presente parecer, até ao valor de Eur 170.000 e para o exercício de 2013.
2. Estas indemnizações compensatórias consubstanciadas em subsídios ou outras transferências financeiras das entidades participantes são devidas como contrapartida de obrigações assumidas pela entidade respeitantes à “Gestão da Escola Profissional de Recuperação do Património de Sintra, no âmbito da promoção do ensino profissional na área de recuperação do património. O referido montante destina-se a suportar a gestão corrente.

RESPONSABILIDADES

3. É da responsabilidade do conselho de administração o cálculo do valor da indemnização compensatória com base no citado Contrato e os respetivos pressupostos que lhe estão subjacentes.
4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a correção do cálculo do valor da indemnização compensatória, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

ÂMBITO

5. O trabalho a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, designadamente a Diretriz de Revisão/Auditoria 872 – Entidades Municipais, Intermunicipais e Metropolitanas, a qual exige que: (i) caso tal Contrato exista e preveja uma fórmula de cálculo tendo por base indicadores variáveis, examinemos a fundamentação das previsões em que se baseou o cálculo do valor previsto como contrapartida das obrigações assumidas no âmbito do Contrato; e (ii) analise os cálculos da indemnização compensatória com base no citado Contrato e nos pressupostos preparados pelo conselho de administração.

PARECER

6. Com base no trabalho efetuado, somos de parecer que o valor das indemnizações compensatórias (subsídio) está adequadamente calculado e decorre dos termos do Contrato.

7. Devemos, contudo, advertir que, frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.


Eduardo Roque do Rosário Rêgo – ROC 1.285

Lisboa, 18 de dezembro de 2012

PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS SOBRE O VALOR DAS INDEMNIZAÇÕES COMPENSATÓRIAS (SUBSÍDIOS)

À Administração e ao Acionista da

**SINTRA QUORUM – GESTÃO DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS E TURÍSTICOS, E.E.M (SINTRA
QUORUM)**

INTRODUÇÃO

1. Para os efeitos do art.º 25.º, n.º 6, alínea c) da Lei n.º50/2012, de 31 de agosto, apresentamos o nosso parecer sobre o valor das indemnizações compensatórias (subsídio) a receber pela **SINTRA QUORUM** do **MUNICÍPIO DE SINTRA** com base no Contrato Programa, a celebrar após a emissão do presente parecer, até ao valor de Eur 570.000 e para o exercício de 2013.

2. Estas indemnizações compensatórias consubstanciadas em subsídios ou outras transferências financeiras das entidades participantes são devidas como contrapartida de obrigações assumidas pela entidade e dizem respeito à “Gestão do Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas e desenvolvimento das atividades de investigação científica, preservação e valorização do património arqueológico do Concelho de Sintra”. O referido montante destina-se a suportar a gestão corrente.

RESPONSABILIDADES

3. É da responsabilidade do conselho de administração o cálculo do valor da indemnização compensatória com base no citado Contrato e os respetivos pressupostos que lhe estão subjacentes.

4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a correção do cálculo do valor da indemnização compensatória, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

ÂMBITO

5. O trabalho a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, designadamente a Diretriz de Revisão/Auditoria 872 – Entidades Municipais, Intermunicipais e Metropolitanas, a qual exige que: (i) caso tal Contrato exista e preveja uma fórmula de cálculo tendo por base indicadores variáveis, examinemos a fundamentação das previsões em que se baseou o cálculo do valor previsto como contrapartida das obrigações assumidas no âmbito do Contrato; e (ii) analise os cálculos da indemnização compensatória com base no citado Contrato e nos pressupostos preparados pelo conselho de administração.

PARECER

6. Com base no trabalho efetuado, somos de parecer que o valor das indemnizações compensatórias (subsídio) está adequadamente calculado e decorre dos termos do Contrato.

7. Devemos, contudo, advertir que, frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.


Eduardo Roque do Rosário Rêgo – ROC 1285

Lisboa, 18 de dezembro de 2012

PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS SOBRE O VALOR DAS INDEMNIZAÇÕES COMPENSATÓRIAS (SUBSÍDIOS)

À Administração e ao Acionista da

**SINTRA QUORUM – GESTÃO DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS E TURISTICOS, E.E.M (SINTRA
QUORUM)**

INTRODUÇÃO

1. Para os efeitos do art.º 25.º, n.º 6, alínea c) da Lei n.º50/2012, de 31 de agosto, apresentamos o nosso parecer sobre o valor das indemnizações compensatórias (subsídio) a receber pela **SINTRA QUORUM** do **MUNICÍPIO DE SINTRA** com base no Contrato Programa, a celebrar após a emissão do presente parecer, até ao valor de Eur 45.000 e para o exercício de 2013.
2. Estas indemnizações compensatórias consubstanciadas em subsídios ou outras transferências financeiras das entidades participantes são devidas como contrapartida de obrigações assumidas pela entidade respeitantes à “gestão das atividades de preservação e valorização da Quinta Nova da Assunção”.

RESPONSABILIDADES

3. É da responsabilidade do conselho de administração o cálculo do valor da indemnização compensatória com base no citado Contrato e os respetivos pressupostos que lhe estão subjacentes.
4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a correção do cálculo do valor da indemnização compensatória, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.


ÂMBITO

5. O trabalho a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, designadamente a Diretriz de Revisão/Auditoria 872 – Entidades Municipais, Intermunicipais e Metropolitanas, a qual exige que: (i) caso tal Contrato exista e preveja uma fórmula de cálculo tendo por base indicadores variáveis, examinemos a fundamentação das previsões em que se baseou o cálculo do valor previsto como contrapartida das obrigações assumidas no âmbito do Contrato; e (ii) analise os

cálculos da indemnização compensatória com base no citado Contrato e nos pressupostos preparados pelo conselho de administração.

PARECER

6. Com base no trabalho efetuado, somos de parecer que o valor das indemnizações compensatórias (subsídio) está adequadamente calculado e decorre dos termos do Contrato.
7. Devemos, contudo, advertir que, frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.



Eduardo Roque do Rosário Rêgo – ROC 1.285

Lisboa, 18 de dezembro de 2012